

Perceção da coparentalidade e comportamento pró-social de crianças em idade escolar na perspetiva parental

Versão final pós defesa

Thatyana Oliveira Costa Moreira da Rocha

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

Psicologia Clínica e da Saúde

(2º ciclo de estudos)

Orientadora: Prof. Doutora Marta Pereira Alves

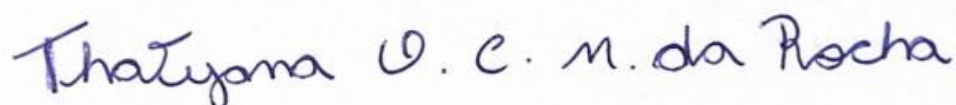
novembro de 2024

Declaração de Integridade

Eu, Thatyana Oliveira Costa Moreira da Rocha, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição M12572 de/o Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referência de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã 29/11/2024.



Thatyana O. C. M. da Rocha

Agradecimentos

À minha orientadora Dra. Marta Pereira Alves por todo o ensinamento, cuidado e flexibilidade no decorrer deste ano.

E a minha família e amigos que me apoiaram em todo o percurso académico, me incentivando ser uma pessoa cada vez melhor e estando ao meu lado nos momentos bons e ruins. Sem vocês, este processo não teria sido o mesmo.

Resumo

O presente estudo busca compreender em maior profundidade de que forma as três dimensões da coparentalidade, cooperação, triangulação e conflito, influenciam no comportamento pró-social da criança. Para isso, foi pedido a pais e mães de crianças com idades compreendidas entre os 6 aos 12 anos (famílias tradicionais e intactas) que preenchessem um questionário sociodemográfico, a versão portuguesa do Coparenting Questionnaire (CQ) e o questionário Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ). Com os resultados, foi possível concluir que a coparentalidade conflituosa é um preditor negativo do comportamento pró-social da criança, e que neste estudo, a cooperação e a triangulação não demonstraram ser um preditor significativo do comportamento pró-social das mesmas. Este estudo contribuiu para uma compreensão mais clara e aprofundada de como a coparentalidade influencia no comportamento e bem-estar de crianças em idade escolar.

Palavras-chave

Coparentalidade; comportamento pró-social; cooperação; triangulação; conflito; idade escolar

Abstract

The present study seeks to understand in greater depth how the three dimensions of coparenting, cooperation, triangulation and conflict, influence the child's prosocial behavior. Considering this, fathers and mothers of children aged between 6 and 12 years old (traditional and intact families) were asked to fill out a sociodemographic questionnaire, the Portuguese version of the Coparenting Questionnaire (CQ) and the Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ) . With the results, it was possible to conclude that conflictual coparenting is a negative predictor of children's prosocial behavior, and that in this study, cooperation and triangulation did not prove to be a significant predictor of their prosocial behavior. This study contributed to a clearer and more in-depth understanding of how coparenting influences the behavior and well-being of school-age children.

Keywords

Coparenting; prosocial behavior; cooperation; triangulation; conflict; school age

Índice

Capítulo 1 – Enquadramento Teórico	3
1. Coparentalidade	3
2. Relação parental e comportamento pró-social em crianças em idade escolar	6
1.1. Antecedentes do comportamento pró-social	6
1.2. Coparentalidade e comportamento pró-social: Estudos empíricos	7
1.2.1. Estilos parentais	7
1.2.2. Práticas parentais	8
Capítulo 2 – Metodologia	10
1. Apresentação do estudo e objetivos	10
1.1. Tipologia de investigação	10
1.2. Procedimentos	11
1.3. Caracterização da amostra	11
1.4. Instrumentos	14
1.4.1. Questionário Sociodemográfico e de Informação Familiar	14
1.4.2. <i>Coparenting Questionnaire</i> – Versão Portuguesa (QC-PT)	14
1.4.3. Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ)	15
Capítulo 3 – Apresentação dos resultados	16
1. Análises preliminares	16
1.1. Análise descritiva dos itens do QC-PT	16
1.2. Análise descritiva dos itens do SDQ	17
1.3. Análise da consistência interna	17
1.4. Análise das covariáveis	18
1.5. Teste de hipóteses	18
1.5.1. Correlação entre a coparentalidade e o comportamento pró-social da criança	18

1.5.2. A coparentalidade como preditora do comportamento pró-social da criança	19
Capítulo 4 – Discussão dos resultados	21
Capítulo 5 – Considerações finais	23
Referências Bibliográficas	24
ANEXO	31
Anexo I – Consentimento informado	32

Lista de Tabelas

Tabela 1 <i>Dados sociodemográficos dos participantes (N=148)</i>	12
Tabela 2 <i>Dados sociodemográficos das crianças (N= 148)</i>	13
Tabela 3 <i>Estatística descritiva dos itens das escalas da QC-PT</i>	16
Tabela 4 <i>Estatísticas descritivas do SDQ</i>	17
Tabela 5 <i>Alfa de Cronbach do QC-PT e SDQ</i>	17
Tabela 6 <i>Teste t-student de comparação da percepção da mãe e do pai em relação as três dimensões da coparentalidade</i>	18
Tabela 7 <i>Teste t-student de comparação da percepção do pai e da mãe sobre o comportamento pró-social da criança</i>	18
Tabela 8 <i>Matriz de correlação de Pearson entre QC-PT e o SDQ</i>	19
Tabela 9 <i>Resultados da Regressão Linear Múltipla Hierárquica com a Coparentalidade como preditora do Comportamento Pró-social da criança</i>	19

Lista de Acrónimos

CON	Conflito
COO	Cooperação
CPS	Comportamento Pró-social
DP	Desvio Padrão
PP	Preenchido por
QC-PT	Coparenting Questionnaire (versão portuguesa)
SDQ	Strengths and Difficulties Questionnaire
SPSS	Statistical Package for Social Sciences
TRI	Triangulação

Introdução

Um sistema é um conjunto de elementos que interrelacionam entre si, com o objetivo em comum de formar um todo, sendo que cada elemento atua como parte de um sistema maior, obtendo assim, um resultado superior do que se trabalhassem isoladamente (Bertalanffy, 1969). Com isso, a Teoria Familiar Sistêmica afirma que, para compreender os indivíduos, é necessário compreender além da percepção dos seus aspetos internos, mas também perceber o papel que cada pessoa executa nos distintos sistemas que se relacionam (Watson, 2012). Dentro da organização familiar, existem quatro subsistemas que se correlacionam entre si, são estas: 1) Subsistema conjugal, caracterizado pelo marido e esposa; 2) Parental, composto por pais e filhos; 3) Filial, entre irmãos; e 4) individual, caracterizado por cada membro da família (Minuchin, 1982).

A coparentalidade surge quando duas pessoas, possuem a responsabilidade conjunta pelo cuidado e bem-estar de uma criança, independente da orientação sexual do casal e se o filho é biológico ou adotado (VanEgeren & Hawkins, 2004). A coparentalidade carrega consigo uma importante responsabilidade, uma vez que a família pode exercer fatores protetores ou de risco, estando os primeiros relacionados com boas práticas parentais, disciplina, comunicação pró-social e vínculo seguro; enquanto os fatores de risco, são caracterizados por conflitos familiares, coligações e práticas parentais inadequadas (Tyler et al., 2016).

Quando o subsistema coparental fornece respostas necessárias para o desenvolvimento da criança, sem o surgimento de triangulações e coligações (Figueiredo & Lamela, 2014), proporcionam meios para que a criança desenvolva competências sociais adaptativas (Latham et al., 2016), diminuindo o risco de ações desadequadas e indesejadas (Psychogiou, 2008). O comportamento pró-social é caracterizado por múltiplos comportamentos que visam o bem-estar das outras pessoas, ajudando, doando e compartilhando conforme a necessidade do outro (Hastings et al., 2007).

Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo preencher uma lacuna investigativa acerca da associação da coparentalidade com o comportamento pró-social da criança em famílias com filhos em idade escolar. Este estudo consistiu na aplicação de um questionário validado para a população portuguesa, que possibilitou a comparação das perspetivas do pai e da mãe, acerca da coparentalidade do próprio parceiro/a e o comportamento pró-social do filho, sendo a amostra constituída por 148 participantes. Neste estudo houve alguns critérios de inclusão, sendo eles: 1) a idade compreendida da criança entre os 6 e os 12 anos, correspondente a idade escolar; e 2) a criança ser inserida em famílias intactas e tradicionais (onde o subsistema parental é composto por dois indivíduos do sexo oposto). E ainda, houve alguns critérios de exclusão, sendo estes: 1) os pais serem divorciados; 2) falecimento de um dos conjugues; e 3) famílias monoparentais, reconstituídas e os membros respondentes ao subsistema parental ser do mesmo sexo.

Assim, esta dissertação de mestrado está dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo é dedicado ao enquadramento teórico, explicando os conceitos da coparentalidade e o comportamento pró-social em crianças com idade escolar, para além de investigar como as diferentes dimensões da coparentalidade, nomeadamente a cooperação, triangulação e conflito, influenciam no comportamento pró-social da criança. No segundo capítulo, encontra-se a metodologia, onde é apresentado o atual estudo, bem como os objetivos, hipóteses, caracterização da amostra, procedimentos, os instrumentos aplicados e a devida análise estatística. No terceiro capítulo, são apresentados os resultados do estudo. Já o quarto capítulo foi dedicado à discussão dos resultados e, por último, no capítulo cinco, surgem as considerações finais, com sugestões para futuras investigações, limitações do presente estudo e como o mesmo pode ter contribuído para a investigação científica.

Capítulo 1 – Enquadramento Teórico

1. Coparentalidade

A coparentalidade refere-se à cooperação dos pais na criação dos filhos, envolvendo a partilha e responsabilidade nos cuidados e na educação da criança (Feinberg, 2003). Logo, esta é a principal componente das relações parentais e na vida familiar como um todo (Lamela et al., 2010), uma vez que envolve interações triádicas (mãe, pai e filho) e diádicas (mãe e pai) (Cabrera et al., 2012), ainda que, apenas na década de 90 que surgiram os primeiros estudos com famílias nucleares (Belsky et al., 1995), dado que anteriormente o termo estava unicamente associado a estudos com pais divorciados (Frizzo et al., 2005).

Feinberg e Kan (2008, as cited in Souza et al., 2016) definem a coparentalidade como a coparticipação acordada entre pessoas em função de uma criança, que incluem os modos em que se coordenam a parentalidade, envolvendo o apoio ou falta deste nas suas funções parentais, sendo este método o eixo central da vida intrafamiliar, sobrepondo a própria relação conjugal (McHale et al., 2000, as cited in Souza et al., 2016). Deste modo, a relação coparental abrange o apoio e o comprometimento mútuo na prática da parentalidade, e através disso que os pais podem debater seus papéis e obrigações em relação a criança, sendo um preditor que influencia as práticas parentais, afetando tanto os pais, quanto a criança (Margolin et al., 2001), em inúmeros aspetos do ajustamento infantil (Caldera & Lindsey, 2006).

A coparentalidade é fundamental para o desenvolvimento da criança, havendo efeitos positivos e negativos, dependendo de como a relação coparental é conduzida (Souza et al., 2016). Portanto, a coparentalidade está mais relacionada com o bem-estar da criança do que em outros aspetos da relação dos pais (e.g. intimidade) devido à proximidade com a criança (Feinberg, 2003, as cited in Cabrera et al., 2012), não sendo somente uma dimensão da relação conjugal, por desempenhar um papel singular no sistema familiar (Margolin et al., 2001).

Feinberg (2003) postula quatro componentes básicos nas dinâmicas entre os pais, que são: 1) acordo versus desacordo em relação a educação do filho, como prioridades educacionais, valores morais, segurança, entre outros; 2) divisão do trabalho parental, envolvendo as divisões das tarefas, responsabilidade sobre as rotinas do filho, questões médicas, legais, financeiras e a manutenção da casa; 3) apoio versus depreciação do papel coparental, como a valorização das competências e contribuições do parceiro e suporte nas decisões e autoridade parental, e em relação a depreciação, a competitividade, menosprezo, culpabilização e críticas das funções parentais; e 4) gestão conjunta das interações familiares, sendo elas a contribuição de uma interação familiar equilibrada, o estabelecimento de limites em relação aos aspetos do relacionamento conjugal, o controle comportamental e a comunicação com outras pessoas e expor ou excluir os filhos em relação aos seus conflitos.

Quian et al. (2020), afirmam que é de elevada importância a cooperação no relacionamento coparental, e a partir disto, é possível perceber um bom funcionamento familiar, métodos mais eficazes de regulação emocional dos filhos, níveis mais altos de confiança, métodos mais eficazes de comunicação e da divisão de tarefas entre os membros da família.

Apesar de Feinberg e Kan (2008, as cited in Souza et al., 2016) argumentarem que a relação coparental é independente do tipo de relação que os cuidadores vivenciam entre si. Estudos de Souza e Crepaldi (2018) demonstram que pais com maior discordância em relação à criança e suas práticas parentais, sem conseguir chegar a um acordo, demonstram um relacionamento conjugal mais conflituoso (Souza & Crepaldi 2018). E ainda, Van Egeren e Hawkins (2004), verificaram que a coparentalidade é uma importante ferramenta nos processos familiares, existindo uma conexão entre este fenómeno e as relações conjugais, uma vez que a forma como o casal conduz seu relacionamento conjugal irá influenciar, em grande parte, sua relação com os filhos. Os mesmos autores salientam os seguintes quatro aspetos presentes na coparentalidade: a) presença de uma criança; b) presença de um parceiro(a); c) ser um processo diádico; e d) ser um processo bidirecional, porque o que acontece dentro da díade afeta o outro progenitor (Van Egeren & Hawkins, 2004).

A expansão do conceito de coparentalidade está interligada com as mudanças nas configurações familiares na atualidade, e tais modificações provavelmente, estão relacionadas com o crescente interesse da comunidade científica por este tema (Souza et al., 2016), apesar dos autores reconhecerem a existência de se tratar de um constructo multidisciplinar (Feinberg et al., 2012).

Margolin e colaboradores (2001), criaram um modelo onde a coparentalidade é constituída por três dimensões principais, sendo elas: 1) Conflito no o subsistema parental, referente à frequência, severidade e quantidade das discussões e desacordos em relação a educação dos filhos, e à tentativa de enfraquecer a parentalidade do outro progenitor; 2) Cooperação entre ambos os pais, apoiando, respeitando e valorizando o exercício de suas funções parentais, sendo essencial para uma parentalidade eficaz, desde a segurança em saber que o outro está disponível para a criança e a partilha das obrigações parentais; e 3) Triangulação referente a quebra da fronteira entre o subsistema parental e filial, no qual um dos pais formam uma coligação com o filho com o objetivo de enfraquecer ou excluir o outro progenitor (Kerig, 2005).

Logo, a criança involuntariamente encontra-se em um conflito entre os pais, sentindo-se pressionada a juntar-se com um dos membros e ficar contra o outro, onde muitas das vezes torna-se confidente e mensageira entre os pais, podendo ocasionar desajustamento emocional na criança e dificuldades familiares e conjugais (Buchanan et al., 1991). Outra categoria da triangulação é o grande foco nos problemas expostos pela criança, e sem ter em atenção a forma que a coparentalidade pode estar afetando tais circunstâncias, evitando enfrentar os problemas parentais (Van Petegem et al., 2020). As coligações prejudicam os comportamentos parentais, pois o outro membro do subsistema parental que é excluído, apresentando limitações em exercer o seu papel, pelo facto de perder sua autoridade em relação a criança (Lamela et al., 2010).

Outro ponto que pode afetar a coparentalidade são as características das crianças, como sua idade, sexo e temperamento (Feinberg, 2003). Alguns estudos salientam que o sexo da criança pode influenciar o modo como os pais interagem com os filhos, como por exemplo, ser mais flexível e permissivo com filhos meninos em comparação com filhas do sexo feminino (McKinney & Renk, 2008). E em relação à criança com o temperamento difícil, existe uma maior possibilidade de os pais exibirem níveis elevados de conflito na sua relação coparental, por mais que a expectativa seja que a coparentalidade minimize tal temperamento (Feinberg, 2003).

Enquanto as características dos pais, como a saúde mental e emocional e a expectativa do seu papel como progenitor em relação ao gênero, também influenciam no tipo de coparentalidade (Feinberg, 2003). Por exemplo, progenitores que demonstram maior autocontrole emocional costumam apresentar uma coparentalidade com características mais cooperativas, harmoniosas, flexíveis e voltada para a criança (Augustin & Frizzo, 2015). Ainda, pais com níveis mais altos de hostilidade ou sintomatologia depressiva procuram demonstrar apoio emocional positivo, bem como tentam privar a criança de exposições à hostilidade e de desavenças parentais (Feinberg, 2003). Em relação ao gênero, as mães experienciam maior sentido de cooperação com seu parceiro comparativamente aos homens (Margolin et al., 2001).

Ainda, os princípios parentais relativos à educação e a criação dos filhos também influenciam a qualidade do relacionamento coparental, principalmente se ambos partilham os mesmos princípios, o que tendem a causar maior apoio mútuo (Stright & Bales, 2003). Logo, o apoio social também influencia a qualidade da relação coparental (Lindsey et al., 2015), contribuindo justamente para um comportamento parental positivo, sendo que os pais que manifestam entre si um grande apoio social apresentam um menor nível de stress (Levy-Shiff, 1999), enquanto pais com pensamentos diferentes em si possuem maior probabilidade de interferir na parentalidade do parceiro (Stright & Bales, 2003).

No que diz respeito a educação dos próprios pais, estudos mostram que mães e pais que possuem níveis de educação superiores, obtêm uma coparentalidade mais positiva, na medida em que estes progenitores possuem maior probabilidade de desenvolverem melhores competências cognitivas e que acabam por fortalecer a coparentalidade, como a cooperação, estando de acordo na gestão de situações familiares (Stright & Bales, 2003).

Com isso, é possível concluir que a coparentalidade é um ponto muito importante, sendo imprescindível intervir quando necessário, para melhorar o desenvolvimento da criança e o funcionamento familiar (Feinberg et al., 2012).

2. Relação parental e comportamento pró-social em crianças em idade escolar

1.1. Antecedentes do comportamento pró-social

O comportamento pró-social é um conjunto de comportamentos variados com o intuito de promover o bem-estar das outras pessoas, que incluem respostas pró-ativas e reativas às necessidades e ações dos outros (Hastings et al., 2007). Estes comportamentos ocorrem de forma espontânea trazendo consequências benéficas a outra pessoa e é motivado por inúmeras razões (Eisenberg, & Spinrad, 2014), envolvendo características cognitivas (e.g. julgamento e raciocínio), comportamentais, afetivas e características sentimentais, ligadas a simpatia, compaixão, empatia, preocupação, cooperação, interesse e entre outros (Hastings et al., 2007).

O comportamento pró-social está relacionado com o contexto situacional, metas, valores e necessidades (Eisenberg, & Spinrad, 2014). Por exemplo, crianças que procuram a aprovação dos adultos possuem maior probabilidade de efetuar um comportamento pró-social em público, sendo caracterizado por um comportamento pró-social motivado; enquanto as crianças que manifestam atos pró-sociais anonimamente, dispõem de outras motivações, provavelmente associadas as necessidades das situações, valores e sentimentos, sendo um comportamento pró-social altruísta (Eisenberg, & Spinrad, 2014).

Os comportamentos pró-sociais pertencem ao desenvolvimento global do indivíduo (Bussab, 1997). Segundo Waller e colaboradores (2015) o período crítico em que surgem os problemas de ajustamento psicológico na criança é no início da vida escolar, entre os 6 e 10 anos. Sendo uma altura que exige das mesmas, capacidades que foram ou não fomentadas na primeira infância (Waller et al., 2015). Os comportamentos pró-sociais são denominados de “altruístas” ou “empáticos” quando são genuínos, com o objetivo de promover o bem-estar do próximo através de ajuda ou cooperação (Eisenberg, & Spinrad, 2014; Lordelo & Carvalho, 1989, as cited in Bussab, 1997) ainda que, acabe por causar prejuízo próprio indivíduo (Bussab, 1997). A empatia é tipicamente considerada como mediadora do comportamento pró-social (Hoffman, 1981, as cited in Bussab, 1997), sendo definida como resposta à emoção do outro, que envolve componentes cognitivas, afetivas e motivacionais (Santana et al., 1993, as cited in Bussab, 1997).

Zhan-Waxler & Radke Yarrow (1990, as cited in Bussab, 1997), avaliaram as origens da preocupação empática, e concluíram que: 1) o ambiente e o temperamento podem influenciar as diferenças individuais; 2) experiências no início da socialização podem gerar padrões desajustados ou ajustados de respostas às necessidades do outro e 3) discordância conjugal, maus-tratos e depressão dos pais são elementos de risco.

Contudo, é complexo diferenciar o comportamento pró-social motivado e o pró-social altruísta e, por este motivo se utiliza o termo comportamento pró-social para indicar ações voluntárias com o objetivo de beneficiar o outro, visto que para uma atitude ser considerada altruísta, a motivação não se deve partir de egoísmo (Eisenberg, & Mussen, 1989).

Em relação a influência do sexo e da idade nos comportamentos pró-sociais das crianças, estudos mostram que crianças do sexo feminino e mais velhas apresentam comportamentos pró-sociais com mais frequência do que crianças do sexo masculino e mais novas, por volta dos 4 aos 7 anos (Ongley et al., 2015). Isto ocorre pelo facto de, com o passar dos anos, as capacidades cognitivas desenvolvem-se a modo de serem capazes de se colocar no lugar do outro, bem como há aprimoramento o seu sentido de identidade e raciocínio moral (Carlo et al., 2007).

Por fim, para uma criança desenvolver o comportamento pró-social, é necessário que seja capaz de: 1) reconhecer que a outra pessoa está passando por uma situação de necessidade; 2) identificar a ação mais adequada para minimizar tal acontecimento; e 3) motivar-se a ajudar o próximo (Dunfield & Kuhlmeier, 2013).

1.2. Coparentalidade e comportamento pró-social: Estudos empíricos

Estudos mostram que os conflitos conjugais afetam negativamente todo o funcionamento familiar (Eral & Burman, 1995, as cited in Boas et al., 2010) e estão associados aos problemas de comportamento dos filhos (Emery, 1982, as cited in Boas et al., 2010). Uma vez que os pais atuam como modelos para os seus filhos, e quando estes são expostos aos conflitos parentais e às situações de stresse, a criança pode apresentar agressividade ou retraimento emocional (Grych & Fincham, 1990, as cited in Boas et al., 2010). Diversos estudos salientam que as crianças aprendem através da observação dos comportamentos dos pais e de como eles se comportam diante de outras pessoas (Padilla-Walker et al., 2016). Entretanto, existem múltiplos fatores que podem interferir no desenvolvimento da criança, como suas características inatas (e.g. temperamento), os recursos ambientais (e.g. circunstâncias familiares, características dos pais e o meio onde vivem) e por fim, a ligação entre ambos (Knoche et al., 2007).

1.2.1. Estilos parentais

Os pais e a respetiva família podem determinar se os comportamentos da criança são adequados ou desadequados, encorajando-os ou punindo-os. Assim, diferentes estilos parentais influenciam o desenvolvimento emocional, social, cognitivo, sentimento de pertença e desempenho académico das crianças (Baptista, 2000, as cited in Camacho & Matos, 2008). Com isso, a “parentalidade pobre”, caracterizada por disciplinas negativas e ausência emocional está relacionada com competências sociais desadequadas da criança (Webster-Stratton, 1985, as cited in Webster-Stratton & Hammond, 1999), enquanto a coparentalidade cooperativa acaba por impulsionar comportamentos pró-sociais (Padilla-Walker et al., 2016).

Já a coparentalidade conflituosa afeta negativamente o comportamento pró-social da criança, pois é caracterizada por muitos conflitos, competição e hostilidade (Lamela et al., 2010), sendo demarcada por discussões acerca da criança, situações que causam prejuízo a parentalidade e pela discordância acerca das regras existentes em casa (Margolin et al., 2001). Com isso, a coparentalidade conflituosa está associada ao desenvolvimento de problemas comportamentais da criança, como a baixa autoestima, ansiedade, birras e problemas de conduta (Jhang, 2022).

A triangulação também é um conceito importante, pois neste caso os pais ultrapassam os limites parentais e filiais ao tentar formar coligações com a criança, prejudicando e excluindo a outra figura parental (Margolin et al., 2001). Portanto, a criança é atraída para dentro do conflito parental, sendo obrigada a se posicionar contra o outro e é vista como mensageira entre as figuras paternas, podendo gerar problemas emocionais e comportamentais na mesma (Pedro & Ribeiro, 2015). Ainda, estudos que comparam amostras de populações clínicas e não clínicas (Snyder, 1997, as cited in Hynan, 2006) observaram que pais com filhos agressivos e com outros comportamentos inapropriados, muitas das vezes reagem de forma inconsistente, submissa e ambígua a tais comportamentos da criança, fornecendo mais atenção e assim, reforçando o comportamento de oposição (Arnold et al., 1993).

Em contrapartida, existe a coparentalidade positiva e cooperativa, onde os membros do subsistema parental respeitam, apoiam e valorizam suas funções como pais (Margolin et al., 2001), estando associadas ao desenvolvimento de boas competências sociais dos filhos (Latham et al., 2016), ajustamento escolar e autoeficácia (Jhang, 2022). Ainda, estudos de Psychogiou (2008) apontam que a coparentalidade positiva possui a capacidade de reduzir o risco de crianças adotarem comportamentos desadequados, favorecendo também as competências sociais.

1.2.2. Práticas parentais

Hoffman (2010), dividiu as práticas parentais em dois grupos, sendo elas as indutivas e punitivas, influenciando ambas de forma diferente o comportamento pró-social da criança. As práticas parentais indutivas estão associadas a um maior nível de empatia por parte da criança, tanto na fase pré-escolar, quanto na escolar, pois o incentivo, a disciplina e as explicações por parte dos pais fomentam a reflexão, fazendo com que a criança pense nas suas atitudes e nas respectivas consequências que afetam outros indivíduos, tendo maior juízo crítico e colocando-se no lugar do outro e tornando-se, assim, uma pessoa empática (Carlo et al., 2011). Quando os pais encorajam, apoiam e são afetuosos com seus filhos, aumentam a probabilidade do desenvolvimento do raciocínio pró-social e moral dos mesmos, pois são estimulados a considerar as suas emoções e ações (Malti et al., 2013).

Já as práticas parentais punitivas são caracterizadas por hostilidade e a falta de explicações em relação à criança, impedindo assim, que a mesma compreenda seus comportamentos. Tais práticas também estão relacionadas com muitas regras, expectativas elevadas por parte dos pais em relação aos filhos e restrições (Carlo et al., 2011), dificultando que as mesmas evidenciem sua

autonomia, opiniões e sentimentos (Hastings et al., 2000). Mesmo quando a raiva parental não está direcionada para a criança, este comportamento demonstra falta de sensibilidade, afetando-a negativamente, gerando problemas no seu comportamento, como a agressividade e a falta de comportamentos pró-sociais (Goelman, 2014).

Sendo assim, é possível visualizar que as práticas parentais influenciam o desenvolvimento da moralidade, da empatia e o comportamento pró-social das crianças (Carlo et al., 2011), e que tais comportamentos emergem no contacto diário com os pais e ambiente ao seu redor (Scrimgeour et al., 2016).

Capítulo 2 – Metodologia

1. Apresentação do estudo e objetivos

O presente estudo enquadra-se no projeto de investigação “Preditores psicossociais de ajustamento infantil e familiar”, desenvolvido pelo Departamento de Psicologia e Educação da Universidade da Beira Interior, em parceria com a Universidade dos Açores.

Neste estudo, pretende-se analisar a relação entre um conjunto de variáveis de natureza psicossocial e, comportamento e ajustamento infantil, parental e familiar. Em particular, visa-se compreender a perspetiva de ambos os pais (pai/mãe) sobre o papel parental (coparentalidade) de seu cônjuge, bem como compreender a perspetiva acerca do comportamento pró-social da criança.

Para este estudo, apenas foram considerados os participantes que pertencem a famílias intactas e tradicionais, com filhos em idade escolar, entre os 6 e 12 anos. Com isso, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos:

1. Comparar a perceção do pai e da mãe em relação a coparentalidade, correspondente às dimensões da Cooperação, Triangulação e Conflito;
2. Comparar a perceção do pai e da mãe em relação ao comportamento pró-social dos filhos;
3. Analisar em que medida as dimensões da coparentalidade predizem o comportamento pró-social da criança.

Conforme estes objetivos, foram formuladas as seguintes hipóteses, com as variáveis de estudo:

- *Hipótese 1* – A cooperação na coparentalidade prediz positivamente o comportamento pró-social da criança;
- *Hipótese 2* – A triangulação na coparentalidade prediz negativamente o comportamento pró-social da criança;
- *Hipótese 3* – O conflito na coparentalidade prediz negativamente o comportamento pró-social da criança.

1.1. Tipologia de investigação

O presente estudo é de matriz quantitativa, onde foi utilizado o *Software IBM SPSS Statistics Versão 26*, para o devido tratamento estatístico dos dados obtidos. Considerou-se a coparentalidade como a variável preditora e o comportamento pró-social como a variável critério.

1.2. Procedimentos

O projeto de investigação no qual se integra este estudo foi previamente submetido e aprovado pela Comissão de Ética da Universidade da Beira Interior (CE UBI-Pj-2021-053), respeitando os princípios éticos da investigação científica em Psicologia.

A recolha dos dados decorreu entre os meses de dezembro de 2023 à março de 2024, sendo neste período estabelecido o contacto com distintas escolas do 1º e 2º ciclo para recrutar participantes. Foi efetuado o contacto por meio telefónico ou por e-mail com o respetivo diretor, sendo enviado a comprovação da aprovação do concelho de ética para o estudo e sua devida descrição. Contudo, este ano as instituições escolares não aceitaram a distribuição os questionários, sendo os mesmos entregues e recolhidos através dos contactos pessoais e informais, garantindo o consentimento informado, a devida explicação dos objetivos da investigação, bem como o anonimato, a participação voluntária e o asseguramento dos princípios éticos da investigação em Psicologia.

Este estudo, focou-se em recolher exclusivamente respostas com pais, justamente com intuito de igualar suas respostas com as das mães e para isso fosse possível, foi necessário a utilização de dados anteriores, onde estes sim, recolheram os dados em escolas com o auxílio dos professores locais, onde entregaram os protocolos de investigação dentro de um envelope para os pais ou foi enviado os mesmos nas mochilas dos filhos para ser entregue aos pais com sua devida autorização.

E assim, no total, foram obtidas neste ano, 50 respostas com pais, sendo anteriormente desconsiderados três questionários por não cumprirem com todos os pré-requisitos básicos. Sendo um casal divorciado, uma mãe que tinha falecido e um omissos (*missings*) pelo facto de não ter sido respondido mais de 10% em uma mesma escala. E no final, juntando com os dados anteriores, foi obtido 76 respostas de pais, igualando assim com as das mães, obtendo 72 respostas.

1.3. Caracterização da amostra

A amostra é constituída por 148 participantes, que foram caracterizados quanto a um conjunto de variáveis sociodemográficas como o sexo, a idade, as habilitações académicas, a situação profissional, o local de residência e o estatuto socioeconómico de ambos os pais. A maior parte dos participantes residia nos concelhos da Covilhã, Guarda e Caminha.

Neste estudo, foram considerados alguns critérios de inclusão, designadamente: 1) Casais com filhos com idade compreendia entre os 6 e 12 anos, de ambos os sexos; 2) ser de famílias intactas (i.e., onde o casal encontra-se em união); 3) tradicionais (i.e., casal composto por um membro do sexo feminino e outro do sexo masculino); e 4) ter assinado o consentimento informado do estudo.

Através desta amostra possível adquirir um número muito próximo de respostas entre as mães e os pais, onde os pais obtiveram uma percentagem de 51.4% e as mães de 48.6%. A idades os pais

foram compreendidas entre os 24 e 63 anos ($M = 40.64$ anos, $DP = 5.60$), enquanto os das mães foram entre os 24 e 56 anos ($M = 39.05$ anos, $DP = 5.58$). Em relação à escolaridade, a maior parte dos pais frequentou até o 12º ano (36%) e são profissionalmente ativos (96.1%), enquanto grande parte das mães frequentaram o ensino superior (52.8%) e são profissionalmente ativas (93%), de acordo com a Tabela 1.

Tabela 1

Dados sociodemográficos dos participantes (N=148)

		Mães n=72	Pais n=76	Total n=148
		n (%)	n (%)	n (%)
Idade	Dos 24 aos 34 anos	17 (23.9)	6 (8.1)	23 (15.9)
	Dos 35 aos 44 anos	52 (73.2)	47 (63.5)	99 (68.3)
	Dos 45 aos 56 anos	2 (2.8)	21 (28.4)	23 (15.9)
	<i>Missings</i>	1	2	3
Idade do conjugue ou parceiro/a	Dos 24 aos 34 anos	12 (16.9)	9 (12)	21 (14.4)
	Dos 35 aos 44 anos	53 (74.6)	48 (64)	101 (69.2)
	Dos 45 aos 56 anos	6 (8.5)	18 (24)	24 (16.4)
	Dos 57 aos 63 anos	0	0	0
	<i>Missings</i>	1	1	2
Escolaridade	Até ao 9º ano	5 (6.9)	22 (29.3)	27 (18.4)
	Até ao 12º ano	29 (40.3)	27 (36)	56 (38.1)
	Ensino Superior	38 (52.8)	26 (34.7)	64 (43.5)
	<i>Missings</i>	0	1	1
Escolaridade do conjugue ou parceiro/a	Até ao 9º ano	17 (23.9)	12 (16)	29 (19.9)
	Até ao 12º ano	31 (43.7)	24 (32)	55 (37.7)
	Ensino Superior	23 (32.4)	39 (52)	62 (42.5)
	<i>Missings</i>	1	1	2
Situação profissional	Profissionalmente ativo/a	66 (93)	73 (96.1)	139 (94.6)
	Reformado/a	0	0	0
	Dono/a de casa	1 (1.4)	0	1 (.7)
	Procura de trabalho	1 (1.4)	2 (2.6)	3 (2)
	Outra situação	3 (4.2)	1 (1.3)	4 (2.7)
	<i>Missings</i>	1	0	1
Situação profissional do conjugue ou parceiro/a	Profissionalmente ativo/a	70 (97.2)	72 (96)	142 (96.6)
	Reformado/a	0	0	0
	Dono/a de casa	0	1 (1.3)	1 (.7)
	Procura de trabalho	2 (2.8)	2 (2.7)	4 (2.7)
	Outra situação	0	0	0
	<i>Missings</i>	0	1	1

Nível socioeconómico	Baixo	0	5 (6.6)	5 (3.4)
	Médio/baixo	19 (27.1)	20 (26.3)	39 (26.7)
	Médio	46 (65.7)	49 (64.5)	95 (65.1)
	Médio/alto	5 (6.9)	2 (2.6)	7 (4.8)
	Alto	0	0	0
	<i>Missings</i>	2	0	2

No que diz respeito das crianças, é possível visualizar na Tabela 2 que a variável sexo possui uma percentagem equilibrada, composta maioritariamente por indivíduos do sexo feminino (51.4%) e (48.6%) em relação ao sexo masculino. A idade das crianças varia entre os 6 e 12 anos, onde a média situa-se nos 7.82 anos (DP = 1.67). No que desrespeita a escolaridade, a maioria frequenta o 1º ano (23.7%), e 62.2% residem com a mãe, pai e irmãos, sendo que a maioria possui apenas um irmão (78.2%).

Tabela 2

Dados sociodemográficos das crianças (N= 148)

	Variáveis	n	%
Sexo	Feminino	76	51.4
	Masculino	72	48.6
Idade	6	38	25.7
	7	31	20.9
	8	40	27.0
	9	16	10.8
	10	9	6.1
	11	10	6.8
	12	4	2.7
Ano de escolaridade	1º ano	35	23.7
	2º ano	26	17.6
	3º ano	30	20.3
	4º ano	19	12.9
	5º ano	8	5.5
	6º ano	10	6.8
	7º ano	2	1.4
	<i>Missings</i>	18	12.2
Com quem reside	Mãe e pai	53	35.8
	Mãe, pai e irmãos	92	62.2
	Outro	3	2.0
Número de irmãos	0	1	1.0
	1	79	78.2

2	17	16.8
3	3	3.0
4	1	1.0
<i>Missings</i>	47	31.8

1.4. Instrumentos

Para que fosse possível alcançar os objetivos propostos na presente dissertação, foram utilizados três instrumentos de medida, o Questionário Sociodemográfico e de Informação Familiar, a versão portuguesa do *Coparenting Questionnaire* (CQ) de Margolin et al. (2001, as cited in Pedro & Ribeiro, 2015) e a versão portuguesa do *Strengths and Difficulties Questionnaire* (SDQ) de Goodman (1997).

1.4.1. Questionário Sociodemográfico e de Informação Familiar

O questionário sociodemográfico foi desenvolvido com o objetivo de recolher informações sobre os participantes e facilitar a obtenção dos dados necessários para o estudo. O mesmo é composto por 11 questões, sendo as seis primeiras relacionadas com as crianças (e.g., sexo, data de nascimento, número e idade dos irmãos, ano de escolaridade, agregado familiar e local de residência), e as outras cinco relacionadas com os pais (e.g., idade, estado civil, nível de escolaridade, situação profissional/ocupacional e nível sociodemográfico).

1.4.2. *Coparenting Questionnaire* – Versão Portuguesa (QC-PT)

O QC-PT foi desenvolvido com o objetivo de avaliar como cada membro do casal compreende o comportamento do parceiro na dinâmica coparental (Pedro & Ribeiro, 2015). Portanto, este método foi desenvolvido para avaliar as dimensões positivas e negativas da coparentalidade, para além de analisar as dinâmicas da triangulação, distinguindo este, de instrumentos anteriormente desenvolvidos, que analisavam apenas uma destas dimensões. Outro elemento que também diferencia o QC-PT dos demais instrumentos, é o foco na coparentalidade, sem abordar juntamente outras unidades familiares. Além disso, este instrumento reduz o efeito da desejabilidade social, justamente pelo facto de o comportamento ser avaliada pelo parceiro e não por si próprio (Pedro & Ribeiro, 2015).

Ficou estabelecido que a versão final da escala do QC-PT possuiria 14 itens, de escala de tipo Likert de 5 pontos, onde (1) é Nunca e (5) é Sempre, e é dividido em três subescalas: 1) Cooperação, que inclui os 5 primeiros itens, que estão relacionados ao grau em que o casal se respeitam e apoiam enquanto pais; 2) Conflito, que corresponde aos itens 10 ao 14, onde o 13 é invertido, representando o conflito interparietal associado à educação dos filhos; e 3) Triangulação, composta pelos itens 6 ao 9, que constituem o esforço dos pais para formarem uma coligação com

a criança, excluindo o outro progenitor e enfraquecendo sua autoridade parental. Os níveis adequados da consistência interna nas três-subescalas variam entre ($\alpha = .69$) e ($\alpha = .87$), tanto para pais quanto mães (Pedro & Ribeiro, 2015).

1.4.3. Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ)

O SDQ é um questionário breve de apenas uma página que avalia o ajustamento psicológico de crianças e jovens de 3 aos 17 anos, sendo constituído por 25 itens que são divididos em 5 escalas com 5 itens cada um, obtendo pontuações em 1 - sintomas emocionais, 2 - problemas de conduta, 3 - hiperatividade-desatenção, 4 - problemas com colegas e por último o 5 - comportamento pró-social, sendo que os quatro primeiros agrupam-se em uma escala designada de Total de Dificuldades, enquanto o quinto avalia a capacidade da criança em se adaptar ao meio (Goodman, 2001).

No presente estudo, foi necessário apenas a utilização da parte do questionário referente ao comportamento pró-social, que é caracterizado pelos itens 1, 4, 9, 17 e 20, que avaliam: 1) É sensível aos sentimentos dos outros; 4) Partilha facilmente com as outras crianças (guloseimas, brinquedos, lápis, etc...); 9) Gosta de ajudar se alguém está magoado, aborrecido ou doente; 17) É simpático/a e amigável com crianças mais pequenas; e 20) Sempre pronto/a ajudar os outros (pais, professores ou crianças). E todo o questionário utiliza uma escala tipo Likert de três pontos, que são caracterizados como: (0) Não é verdade; (1) É pouco verdade; e (2) É muito verdade (Goodman, 2001).

Por fim, os níveis adequados de consistência interna são: .67 de Sintomas Emocionais; .63 Problemas de Comportamento; .77 Hiperatividade; .57 Problemas de Relacionamento entre Pares; 0.82 Total de Dificuldades; e .65 Comportamento Pró-social. Sendo apenas relevante para este estudo o Comportamento Pró-social (Goodman, 2001).

Capítulo 3 – Apresentação dos resultados

Neste capítulo, apresenta-se os resultados das estatísticas descritivas (média, desvio-padrão, valores mínimos e máximos, assimetria e curtose) da QC-PT e do SDQ. Em seguida, é analisada a relação entre as variáveis de estudo e, por fim, os testes das hipóteses através da Regressão Linear Múltipla Hierárquica para analisar o papel preditivo da coparentalidade no comportamento pró-social da criança.

1. Análises preliminares

1.1. Análise descritiva dos itens do QC-PT

É possível visualizar na Tabela 3 as estatísticas descritivas sobre os itens das subescalas do QC, nomeadamente a cooperação, triangulação e conflito.

Tabela 3

Estatística descritiva dos itens das escalas da QC-PT

	Itens	M	DP	Mínimo	Máximo	Assimetria	Curtose
Cooperação	1	4.49	.75	1	5	-1.76	3.40
	2	4.51	.73	1	5	-1.78	4.0
	3	4.48	.72	1	5	-1.57	3.30
	4	4.20	.93	1	5	-1.22	1.47
	5	4.55	.73	1	5	-1.94	4.49
	Total	4.45	.77	1	5	-1.65	3.33
Triangulação	6	1.16	.40	1	3	2.55	6.12
	7	1.03	.21	1	3	7.1	54.56
	8	1.05	.24	1	3	5.66	34.96
	9	1.07	.35	1	4	5.84	39.28
	Total	1.08	.30	1	3.25	5.29	33.73
Conflito	10	1.65	.90	1	5	1.49	2.26
	11	1.99	.88	1	4	.57	-.39
	12	1.68	.79	1	5	1.15	1.45
	13	1.86	.93	1	5	1.56	3.16
	14	1.21	.52	1	4	3.06	10.96
	Total	1.68	.80	1	4,6	1.57	3.49

Na primeira subescala, nomeadamente a cooperação, o item que apresenta a média mais elevada é o 5 ($M = 4.55$; $DP = .73$), sendo o item 4 a média mais baixa ($M = 4.20$; $DP = .93$) e a média da totalidade dos itens é de 4.45 ($DP = .77$). No que desrespeita a subescala da triangulação, a média mais elevada refere-se ao item 6 ($M = 1.16$; $DP = .40$) e a mais baixa ao item 7 ($M = 1.03$; $DP = .21$), onde a média da totalidade dos itens é de 1.08 ($DP = .30$). Por fim, em relação à subescala

do conflito, a média mais elevada é do item 11 ($M = 1.99$; $DP = .88$), já a média mais baixa é do item 14 ($M = 1.21$; $DP = .52$) e a média da totalidade dos itens é de 1.68 ($DP = .80$).

No que se refere à escala de cotação (de 1 a 4), quase todos os itens do QC – PT integram na totalidade da escala de cotação, menos os itens 6, 7 e 8 da triangulação, que exibem a máxima de 3, ao invés de 4. Já em relação a distribuição de respostas, os itens que mais se afastam da distribuição normal é o item 5 da cooperação (assimetria = -1.94; curtose = 4.49), o item 8 (assimetria = 5.66; curtose = 34.96), e o 9 (assimetria = 5.84; curtose = 39.28) da triangulação e o item 14 do conflito (assimetria = 3.06; curtose = 10.96).

1.2. Análise descritiva dos itens do SDQ

Na Tabela 4, são apresentadas as estatísticas descritivas dos itens das subescalas do SDQ, exclusivamente sobre a parte do comportamento pró-social da criança, que são integram os itens 1, 4, 9, 17 e 20.

Tabela 4

Estatísticas descritivas do SDQ

	Itens	M	DP	Mínimo	Máximo	Assimetria	Curtose
Comportamento	1	2.77	.42	2	3	-1.30	-.31
pró-social	4	2.62	.52	1	3	-.77	-.76
	9	2.71	.56	1	3	-1.78	2.27
	17	2,88	.32	1	3	-2.46	4.13
	20	2.65	.53	1	3	-1.19	.42
	Total	2.73	.47	1.2	3	-1.5	1.15

Na subescala do comportamento pró-social, o item que revela a média mais elevada é o 17 ($M = 2.88$; $DP = .32$) e em contrapartida, a média mais baixa é do item 4 ($M = 2.62$; $DP = .52$). Sobre a escala de cotação, toda a subescala abrange a totalidade e, no que diz respeito à distribuição de respostas, o item 17 se distancia mais da distribuição normal (assimetria = -2.46; curtose = 4.13).

1.3. Análise da consistência interna

É possível visualizar na Tabela 5 que os valores obtidos nas subescalas no coeficiente *alfa de Cronbach* foram: .83 na cooperação, .60 na triangulação e .64 no conflito referentes ao QC-PT; e .81 em relação ao comportamento pró-social do SDQ, como demonstra a Tabela 5.

Tabela 5

Alfa de Cronbach do QC-PT e SDQ

	Subescalas	α
QC-PT	Cooperação	.83

	Triangulação	.60
	Conflito	.64
SDQ	Comportamento pró-social	.81

1.4. Análise das covariáveis

Neste tópico, foram comparadas as percepções do pai e da mãe sobre a coparentalidade, que é possível visualizar na Tabela 6 e as suas percepções sobre o comportamento pró-social dos filhos na Tabela 7.

Tabela 6

Teste t-student de comparação da percepção da mãe e do pai em relação as três dimensões da coparentalidade

	Mãe		Pai		t	p
	M	DP	M	DP		
Cooperação	4.41	.70	4.48	.50	-.74	.460
Triangulação	1.10	.26	1.10	.15	.90	.367
Conflito	1.70	.56	1.70	.49	.46	.672

Após observar a Tabela 6, é possível concluir que não há diferenças estatisticamente significativas entre as mães e os pais em relação a nenhuma das três dimensões da coparentalidade ($p > .05$).

Tabela 7

Teste t-student de comparação da percepção do pai e da mãe sobre o comportamento pró-social da criança

	Mãe		Pai		t	p
	M	DP	M	DP		
Comportamento pró-social	1.73	.35	2.73	.36	-17.15	.000

Após a visualização da Tabela 7, foi possível concluir que as mães identificaram, em média, de forma significativa ($p \leq .05$) menos comportamentos pró-social nos filhos ($M = 1.73$; $DP = .35$) em comparação com os pais ($M = 2.73$; $DP = .36$).

1.5. Teste de hipóteses

1.5.1. Correlação entre a coparentalidade e o comportamento pró-social da criança

Através do cálculo do coeficiente de correlação de Pearson, foi possível investigar a relação entre a coparentalidade e o comportamento pró-social da criança. Os resultados constam da Tabela 8.

Tabela 8

Matriz de correlação de Pearson entre QC-PT e o SDQ

	CPS	COO	TRI	CON
CPS	-			
COO	.08	-		
TRI	-.09	-.24**	-	
CON	-.14	-.43**	.38**	-

Nota. **CPS**= Comportamento Pró-social; **COO**=Cooperação; **TRI**=Triangulação; **CON**=Conflito. * $p < .05$; ** $p < .01$

Com os resultados, foi possível interpretar que o comportamento pró-social, não apresentou uma correlação significativa com a cooperação ($r = .08, p > .05$), nem com a triangulação ($r = -.09, p > 0.5$) e também uma correlação negativa fraca com o conflito ($r = -.14, p > .05$). Enquanto à cooperação, apresentou uma correlação negativa fraca com a triangulação ($r = -.24, p < .01$) e uma correlação negativa moderada com o conflito ($r = -.43, p < .01$). E, por último, a triangulação apresentou uma correlação positiva moderada com o conflito ($r = .38, p < .01$).

1.5.2. A coparentalidade como preditora do comportamento pró-social da criança

Para que fosse possível testar as hipóteses de estudo, foi realizado uma Regressão Linear Múltipla Hierárquica para estabelecer se as dimensões da coparentalidade, designadamente a Cooperação, Triangulação e Conflito, predizem o Comportamento Pró-social da criança. O Modelo I inclui apenas a covariável Preenchido Por Mãe ou Pai (se quem preencheu o questionário foi a mãe ou o pai), enquanto no Modelo II inclui todas as variáveis preditoras (cf. Tabela 9).

Tabela 9

Resultados da Regressão Linear Múltipla Hierárquica com a Coparentalidade como preditora do Comportamento Pró-social da criança

	Modelo I				Modelo II			
	B	SE B	β	t	B	SE B	β	t
PP	1.00	.06	.82	17.15***	1.00	.06	.82	17.18***
Cooperação					-.02	.05	-.02	-.37
Triangulação					.02	.15	.01	.15
Conflito					-.142	.07	-.12	-2.2**
R^2	.67				.68			
F	294.05***				76.18***			

* $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

No Modelo I, é possível concluir que por quem foi preenchido o questionário ($\beta = .82, t = 17.15, p < .001$) é preditor significativo do Comportamento Pró-social da criança. Enquanto no Modelo II, a Cooperação ($\beta = -.02, t = -.37, p = .712$) e a Triangulação ($\beta = .01, t = .15, p = .878$) não predizem significativamente, porém o Conflito ($\beta = -.12, t = - 2.19, p < .05$) é um preditor significativo do Comportamento Pró-social da criança. E as pontuações das três dimensões da coparentalidade (cooperação, triangulação e conflito), explicam 68% da variância das pontuações da escala comportamento pró-social, mantendo-se significativo ($F(4; 143) = 76.175, p < .0001$).

Capítulo 4 – Discussão dos resultados

Estudos empíricos mostram que diferentes dimensões da coparentalidade influenciam o comportamento pró-social da criança. Onde uma coparentalidade cooperativa, fortalecida pelo respeito e apoio mútuo entre os pais, ocasiona comportamentos pró-sociais adaptativos nos filhos, enquanto a coparentalidade conflituosa e a triangulação, caracterizadas por competição, hostilidade e coligações, desencadeiam, em sua maioria, problemas comportamentais (Lamela et al., 2010; Margolin et al., 2001; Pedro & Ribeiro, 2015).

Contudo, ainda é escassa a literatura sobre o tema, principalmente com crianças em idade escolar, sendo mais frequentes estudos com crianças da pré-escola. O presente estudo procurou apontar na direção de futuras investigações sobre a associação entre coparentalidade e o comportamento pró-social das mesmas.

Uma característica comum a estudos anteriores é o facto de que grande parte dos participantes serem mães e, de facto, a literatura sugere que as mães geralmente estão mais envolvidas em atividades relacionadas a escola dos filhos do que os pais (Berryhill, 2016). No entanto, no atual estudo, a amostra é composta por mães e pais, para garantir uma amostra mais equilibrada e também para efeitos de comparação. Contudo, a amostra deste estudo foi composta apenas por 148 participantes e, por isso, não é possível a generalização de resultados.

No nosso estudo, foi possível concluir que os pais e as mães percebem formas diferentes o comportamento pró-social das crianças, na medida em que os pais identificaram maiores níveis de comportamento pró-sociais nas crianças em comparação com as mães. Este resultado pode ser causado por diversas razões, como por exemplo, expectativas parentais distintas, já que pais e mães, muitas vezes, desempenham papéis parentais diferentes, o que pode influenciar a sua perspectiva em relação ao comportamento pró-social do filho. E para além disso, as mães geralmente acabam por passar mais tempo com os filhos, testemunhando comportamentos diferentes dos mesmos, o que pode desencadear diferentes expectativas e interpretações, tanto em relação aos comportamentos positivos, quanto negativos dos filhos, em comparação com os pais (Hastings et al., 2005).

A Hipótese 1, segundo a qual a cooperação na coparentalidade predizia positivamente o comportamento pró-social da criança, não foi confirmada pelos resultados obtidos na Regressão Linear Múltipla Hierárquica. Este resultado não vai ao encontro da literatura, que sugere que as práticas parentais modelam o comportamento da criança (Carlo et al., 2011) e que a coparentalidade positiva fomenta a empatia e o comportamento pró-social dos filhos (Padilla-Walker et al., 2016), estimulando que os mesmos reflitam e compreendam o mal-estar e sofrimento do próximo, colocando-se assim, no lugar do outro (Carlo et al., 2011).

A Hipótese 2, segundo a qual a triangulação na coparentalidade predizia negativamente o comportamento pró-social da criança, também não foi confirmada pelos resultados do presente

estudo, já que a literatura sugere que a criança pode se ver obrigada a entrar no conflito entre os pais, criando uma coligação com um dos membros do subsistema parental e ficando contra o outro progenitor, gerando dificuldades tanto no âmbito emocional, quanto comportamental (Pedro & Ribeiro, 2015). E a triangulação também pode ser utilizada como um meio de tentar resolver ou minimizar o conflito parental, envolvendo a criança (se tornando o terceiro elemento) em uma tentativa de melhorar a comunicação e a relação do casal (Pedro & Ribeiro, 2015).

Contudo, podem existir algumas razões pelo facto de as Hipótese 1 e 2 não terem sido confirmadas. A primeira delas é devido ao tamanho da amostra, sendo importante que investigações futuras possam recorrer a uma amostra maior. Também a utilização de um questionário de autorrelato pode ter influenciado os resultados, uma vez que os dados relativos às percepções das mães e dos pais, como ao comportamentos das crianças foram recolhidos num único momento e exclusivamente através da perspectiva dos pais/mães.

Já a Hipótese 3, que previa que o conflito na coparentalidade predizia negativamente o comportamento pró-social da criança foi confirmada através da Regressão Linear Múltipla Hierárquica. Dessa forma, o resultado vai ao encontro da literatura, que revela que o conflito conjugal, como as discussões sobre a educação dos filhos e a severidade e a quantidade destas discussões (Margolin et al., 2001), como também o menosprezo pelas funções parentais do conjuge podem (Kanter & Proulx, 2019) afetar negativamente o comportamento pró-social da criança (Lamela et al., 2010), para além de afetar a autoestima e gerar ansiedade (Jhang, 2022). Isto pode ocorrer, pelo facto de os filhos sentirem a falta de cuidado, atenção e preocupação por parte dos pais, e acharem que suas ações pró-ativas e de ajuda ao próximo não possuem o devido valor (Barber et al 2005). Para além das crianças não possuírem, muita das vezes, um modelo a seguir que dispõem de comportamentos pró-sociais (Hastings et al., 2007).

Capítulo 5 – Considerações finais

O presente estudo não está isento de limitações e é importante mencioná-las. Por exemplo, a população-alvo do nosso estudo é muito específica, referindo-se a crianças na fase escolar, com idade compreendida entre os 6 aos 12 anos, limitando assim a recolha de dados. A utilização do questionário em papel também pode ter dificultado uma recolha mais ampla das respostas, para além do facto de os questionários em formato de autorrelato poderem ser influenciados pelo efeito da desajustabilidade social. Também era importante obter e comparar os resultados obtidos com outras fontes de informação, como os professores, que exercem um papel de grande importância nesta fase, para além das respostas da própria criança, assim como a utilização de outros métodos de recolha de dados, como a entrevista e a observação direta da família. Outra limitação passa pelo facto de o presente estudo ser transversal, utilizando apenas medidas de autorrelato e na perspectiva dos pais. Do mesmo modo, era importante ter estudos que avaliassem o grau de concordância entre os julgamentos de ambos os pais em relação à mesma criança, sendo uma mais-valia para a investigação científica. Outra limitação é o tamanho da amostra, que se concentraram na zona Centro Interior do país, impossibilitando a generalização dos resultados.

No entanto, este estudo possibilitou uma maior percepção de como a coparentalidade é um preditor do comportamento pró-social da criança, contribuindo para um maior entendimento sobre o tema, com implicações para a prática dos psicólogos da família e do desenvolvimento e para a promoção do bem-estar familiar e da criança, em particular. Por exemplo, essas propostas poderão passar pelo desenvolvimento de programas de intervenção terapêutica tendo em vista a promoção de uma coparentalidade positiva e cooperativa, mediando os conflitos entre os pais, criando estratégias e melhorando a comunicação parental, de forma a ser possível fomentar a empatia e os comportamentos pró-sociais da criança, assim como o ajustamento social e emocional.

Para concluir este estudo, saliento algumas recomendações para futuras investigações, como investigações com famílias LGBTQIAPN+, monoparentais e reconstituídas, e também estudos com crianças com necessidades especiais, como o a Perturbação do Espectro do Autismo e entre outros.

Referências Bibliográficas

- Arnold, D., O'Leary, S., Wolff, L., & Acker, M. M. (1993). The parenting scale: A measure of dysfunctional parenting in discipline situations. *Psychological Assessment*, 5 (2) 137-144.
<https://doi.org/10.1037/1040-3590.5.2.137>
- Barber, B. K., Stolz, H. E., Olsen, J. A., Collins, W. A., & Burchinal, M. (2005). Parental support, psychological control, and behavioral control: Assessing relevance across time, culture, and method. *Monographs of the society for research in child development*, 70(4) i-147.
<https://doi.org/10.1111/j.1540-5834.2005.00365.x>
- Belsky, J., Crnic, K., & Gable, S. (1995). The determinants of coparenting in families with toddler boys: Spousal differences and daily hassles. *Child Development*, 66(3), 629– 642.
<https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.1995.tb00894.x>
- Berryhill, M. B. (2016). Coparenting and parental school involvement. *Child & Youth Care Forum*, 46(2), 261–283. <https://doi.org/10.1007/s10566-016-9384-8>
- Bertalanffy, L. V. (1969). *General system theory*: George Braziller.
- Boas, A. C. V. B. V., Dessen, M. A., & Melchiori, L. E. (2010). Conflitos conjugais e seus efeitos sobre o comportamento de crianças: uma revisão teórica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(2), 91-102.
- Buchanan, C. M., Maccoby, E. E., & Dornbusch, S. M. (1991). Caught between parents: Adolescents' experience in divorced homes. *Child Development*, 62(5), 1008-1029.
<https://doi.org/10.2307/1131149>
- Bussab, V. S. R. (1997). O desenvolvimento de comportamentos pró-sociais na criança: considerações sobre a natureza dos fatores e dos processos envolvidos. *Temas em psicologia*, 5(3), 19-26.
- Cabrera, N. J., Scott, M., Fagan, J., Steward-Streng, N., & Chien, N. (2012). Coparenting and children's school readiness: A mediational model. *Family process*, 51(3), 307-324.
<https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.2012.01400.x>

- Caldera, Y. M., & Lindsey, E. W. (2006). Coparenting, mother infant interaction, and infant-parent attachment relationships in two-parent families. *Journal of Family Psychology, 20*, 275-283. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.20.2.275>
- Camacho, I., & Matos, M. (2008). Práticas parentais educativas, fobia social e rendimento académico. In M. Matos, M. (Ed.), *Comunicação, gestão de conflitos e saúde na escola* (pp. 145-159). CDI/FMHEdições.
- Carlo, G., Crockett, L. J., Randall, B. A., & Roesch, S. C. (2007). A latent growth curve analysis of prosocial behavior among rural adolescents. *Journal of Research on Adolescence, 17*(2), 301-324. <https://doi.org/10.1111/j.1532-7795.2007.00524.x>
- Carlo, G., Knight, G. P., McGinley, M., & Hayes, R. (2011). The roles of parental inductions, moral emotions, and moral cognitions in prosocial tendencies among Mexican American and European American early adolescents. *The Journal of Early Adolescence, 31*(6), 757-781. <https://doi.org/10.1177/0272431610373100>
- Dunfield, K., & Kuhlmeier, V. A. (2013). Classifying prosocial behavior: Children's responses to instrumental need, emotional distress, and material desire. *Child Development, 84*(5), 1766-1776. <https://doi.org/10.1111/cdev.12075>
- Eisenberg, N. (1986). *Altruistic emotion, cognition, and behavior*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Eisenberg, N., & Spinrad, T. L. (2014). Multidimensionality of prosocial behavior: Rethinking the conceptualization and development of prosocial behavior. In L. M. Padilla-Walker & G. Carlo (Eds.), *Prosocial development: A multidimensional approach* (pp. 17-39). Oxford University Press.
- Eisenberg, N.; & Mussen, P. H. (1989). *The roots of prosocial behavior in children*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Feinberg, M. E. (2003). The Internal Structure and Ecological Context of Coparenting: A Framework for Research and Intervention. *Parenting: Science and Practice, 3*(2), 95-131. https://doi.org/10.1207/S15327922PAR0302_01

- Feinberg, M. E., Brown, L. D., & Kan, M. L. (2012). A multi-domain self-report measure of coparenting. *Parenting: Science and Practice*, 12, 1-21.
<https://doi.org/10.1080/15295192.2012.638870>
- Fosco, G. M., & Grych, J. H. (2010). Adolescent Triangulation Into Parental Conflicts: Longitudinal Implications for Appraisals and Adolescent-Parent Relations. *Journal of Marriage and Family*, 72(2), 254-266. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2010.00697.x>
- Frizzo, G. B., Kreutz, C. M., Schmidt, C., Piccinini, C. A., & Bosa, C. (2005). O conceito de coparentalidade e suas implicações para a pesquisa e para a clínica: implication for research and clinical practice. *Journal of Human Growth and Development*, 15(3), 84.
- Goelman, H., Zdaniuk, B., Boyce, W. T., Armstrong, J. M., & Essex, M. J. (2014). Maternal mental health, childcare quality, and children's behavior. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 35(4), 347-356. <https://doi.org/10.1097/00004583-200111000-00015>
- Goodman, R. (1997). The Strengths and Difficulties Questionnaire: a research note. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 38(5), 581-586. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.1997.tb01545.x>
- Goodman, R. (2001). Psychometric properties of the strengths and difficulties questionnaire. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 40(11), 1337-1345.
<https://doi.org/10.1097/00004583-200111000-00015>.
- Hastings, P. D., Rubin, K. H., & DeRose, L. (2005). Links between parents' socialization and children's social competence: A comparison of fathers and mothers. *Parenting: Science and Practice*, 5(2), 161-179. https://doi.org/10.1207/s15327922par0502_3
- Hastings, P. D., McShane, K. E., Parker, R., & Ladha, F. (2007). Ready to make nice: Parental socialization of young sons' and daughters' prosocial behaviors with peers. *The Journal of Genetic Psychology*, 168(2), 177-200. <https://doi.org/10.3200/GNTP.168.2.177-200>
- Hastings, P. D., Utendale, W. T., & Sullivan, C. (2007). The socialization of prosocial development. In J. E. Grusec & P. D. Hastings (Eds.), *Handbook of socialization: Theory and research* (pp. 638-663). Guilford Publications.

- Hastings, P. D., Zahn-Waxler, C., Robinson, J., Usher, B., & Bridges, D. (2000). The development of concern for others in children with behavior problems. *Developmental Psychology, 36*(5), 531-546. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.36.5.531>
- Hoffman, M. L. (2000). *Empathy and moral development: Implications for caring and justice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hoffman, M. L. (2010). Empathy and prosocial behavior. In M. Lewis, J. M. Haviland-Jones, & L. F. Barrett (Eds.), *Handbook of emotions* (pp. 440-455). Guilford Press.
- Hynan, D. (2006). Scientific considerations in observing how children interact with parents. *The Forensic Examiner, 15*(4) 42-47.
- Jhang, F. (2022). Explaining School Adjustment Difference among Children of Immigrant Mothers in Taiwan: The Mediators of Co-Parenting and Parenting Efficacy. *Journal of Child and Family Studies, 31*(5), 1173-1183. <https://doi.org/10.1007/s10826-021-02075-2>
- Kanter, J. B., & Proulx, C. M. (2019). The longitudinal association between maternal parenting stress and spousal supportiveness. *Journal of Family Psychology, 33*(1), 121–131. <https://doi.org/10.1037/fam0000478>
- Kerig, P. K. (2005). Revisiting the construct of boundary dissolution: A multidimensional perspective. *Journal of Emotional Abuse, 5*, 5-42. https://doi.org/10.1300/J135v05n03_02
- Knoche, L., Givens, J., & Sheridan, S. (2007). Risk and protective factors for children of adolescents: Maternal depression and parental sense of competence. *Journal of Child and Family Studies, 16*, 684-695. <https://doi.org/10.1007/s10826-006-9116-z>
- Lamela, D., Nunes-Costa, R., & Figueiredo, B. (2010). Modelos teóricos das relações coparentais: Revisão crítica. *Psicologia em Estudo, 15*(1), 205-216. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722010000100022>
- Latham, R. M., Mark, K. M., & Oliver, B. R. (2016). A harsh parenting team? Maternal reports of coparenting and coercive parenting interact in association with children's disruptive behaviour. *The Journal of Child Psychology and Psychiatry, 58*(5), 603-611. <https://doi.org/10.1111/jcpp.12665>

- Levy-Shiff, R. (1999). Fathers' cognitive appraisals, coping strategies, and support resources as correlates of adjustment to parenthood. *Journal of family psychology, 13*(4), 554.
<https://doi.org/10.1037/0893-3200.13.4.554>
- Lindsey, E. W., Caldera, Y., & Colwell, M. (2005). Correlates of coparenting during infancy. *Family Relations 54*(3), 346–359. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2005.00322.x>
- Malti, T., Eisenberg, N., Kim, H., & Buchmann, M. (2013). Developmental trajectories of sympathy, moral emotion attributions, and moral reasoning: The role of parental support. *Social Development, 22*(4), 773-793. <https://doi.org/10.1111/sode.12031>
- Margolin, G., Gordis, E. B., & John, R. S. (2001). Coparenting: A link between marital conflict and parenting in two-parent families. *Journal of Family Psychology, 15*(1), 3–21.
<https://doi.org/10.1037/0893-3200.15.1.3>
- McDaniel, B. T., Teti, D. M., & Feinberg, M. E. (2018). Predicting coparenting quality in daily life in mothers and fathers. *Journal of Family Psychology, 32*(7), 904–914.
<https://doi.org/10.1037/fam0000443>
- McKinney, C. & Renk, K. (2008). Differential Parenting Between Mothers and Fathers: Implications for Late Adolescents. *Journal of Family Issues, 29*(6), 806-827.
<https://doi.org/10.1177/0192513X07311222>
- Minuchin, S. (1982). *Famílias: Funcionamento e tratamento*. Artmed.
- Ongley, S. F., Nola, M., & Malti, T. (2015). Children's giving: Moral reasoning and moral emotions in the development of donation behaviors. In T. Malti & M. H. Keller (Eds.), *Sugar and spice, and everything nice: Exploring prosocial development through infancy and early childhood* (pp. 23-42). Oxford University Press.
- Padilla-Walker, L. M., Nielson, M. G., & Day, R. D. (2016). The role of parental warmth and hostility on adolescents' prosocial behavior toward multiple targets. *Journal of Family Psychology, 30*(3), 331-340. <https://doi.org/10.1037/fam0000185>
- Pedro, M. F., & Ribeiro, M. T. (2015). Adaptação Portuguesa do Questionário de Coparentalidade: Análise Fatorial Confirmatória e Estudos de Validade e Fiabilidade. *Psicologia Reflexão e Crítica, 28*(1), 116-125. <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201528113>

- Psychogiou, L., Daley, D., Thompson, M., & Snouga-Barke, E. (2008). Do maternal attention-deficit/hyperactivity disorder symptoms exacerbate or ameliorate the negative effect of child attention-deficit/hyperactivity disorder symptoms on parenting? *Development and Psychopathology*, 20(1), 121-137. <https://doi.org/10.1017/S0954579408000060>
- Qian, Y., Chen, F., & Yuan, C. (2020). The effect of co-parenting on children's emotion regulation under fathers' perception: A moderated mediation model of family functioning and marital satisfaction. *Children and Youth Services Review*, 119, 105501. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2020.105501>
- Scrimgeour, M. B., Davis, E. L., & Buss, K. A. (2016). You get what you get and you don't throw a fit!: Emotion socialization and child physiology jointly predict early prosocial development. *Developmental Psychology*, 52(1), 102-112. <https://doi.org/10.1037/dev0000063>
- Souza, J., & Crepaldi, M. A. (2019). Problemas emocionales y comportamentales de niños: asociación entre funcionamiento familiar, coparentalidad y relación conyugal. *Acta Colombiana De Psicología*, 22(1), 69-106. <https://doi.org/10.14718/acp.2019.22.1.5>
- Souza, P. B. M. D., Ramos, M. D. S., Pontes, F. A. R., & Silva, S. S. D. C. (2016). Coparentalidade: um estudo de revisão sistemática de literatura. *Estilos da Clínica*, 21(3), 700-720. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v21i3p700-720>.
- Stright, A. D., & Bales, S. S. (2003). Coparenting Quality: Contributions of child and parent characteristics. *Family Relations*, 52(3), 232-240. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2003.00232.x>
- Tyler, K. A., Handema, R., Schmitz, R. M., Phiri, F., Kuyper, K. S., & Wood, C. (2016). Multi-level risk and protective factors for substance use among Zambian street youth. *Substance Use & Misuse*, 51(7), 922-931. <https://doi.org/10.3109/10826084.2016.1155619>
- Van Egeren, L. A., & Hawkins, D. P. (2004). Coming to terms with coparenting: Implications of definition and measurement. *Journal of adult development*, 11, 165-178. <https://doi.org/10.1023/B:JADE.0000035625.74672.ob>
- Van Petegem, S., Sznitman, G. A., Darwiche, J., & Zimmermann, G. (2020). Putting parental overprotection into family systems context: Relations of overprotective parenting with

perceived coparenting and adolescent anxiety. *Family Process*, 61(2), 792-807.

<https://doi.org/10.1111/famp.12709>

Waller, R., Gardner, F., Dishion, T., Sitnick, S. L., Shaw, D. S., Winter, C. E., & Wilson, M. (2015). Early parental positive behavior support and childhood adjustment: addressing enduring questions with new methods. *Social Development*, 24(2), 304-322.

<https://doi.org/10.1111/sode.12103>

Webster-Stratton, C., & Hammond, M. (1999). Marital conflict management skills, parenting style, and early-onset conduct problems: Processes and pathways. *Journal of Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines*, 40(6), 917-927.

<https://doi.org/10.1111/1469-7610.00597>

ANEXO

Anexo I – Consentimento informado



Caso **não queira** participar ou **já tenha participado** antes nesta investigação, agradecemos que devolva, por favor, os questionários em branco.

Caros Pais

O presente estudo insere-se no âmbito de um projeto de investigação intitulado “**Preditores psicossociais de ajustamento infantil e familiar**”, realizado no Departamento de Psicologia e Educação da Universidade da Beira Interior, em parceria com a Universidade dos Açores. O objetivo principal consiste em estudar as rotinas das famílias no nosso país, assim como algumas variáveis parentais e das crianças em idade escolar e pré-escolar.

Neste sentido, vimos solicitar a sua colaboração neste estudo através da resposta ao conjunto de questões que se seguem. Temos particular interesse em conhecer a **perspetiva paterna** sobre diferentes áreas da vida familiar e da criança, pelo que solicitamos que o **questionário seja respondido pelo pai**.

Serão assegurados o anonimato e a confidencialidade da informação recolhida, sendo que apenas a equipa de investigação terá acesso aos dados, que serão utilizados sob codificação e apenas no contexto de investigação científica/académica. O projeto não é financiado e não existem benefícios nem contrapartidas para os participantes, nem ganhos para os investigadores para além dos científicos/académicos.

A sua participação é voluntária e a qualquer momento poderá desistir de participar, sem que daí advenham quaisquer prejuízos para si. Se aceitar participar, solicitamos que preencha o termo de consentimento abaixo apresentado e, após resposta aos questionários, devolva tudo (no mesmo envelope, mas agora fechado).

Uma vez que a sua decisão de participar é voluntária, livre, e informada pelo presente documento, mas também esclarecida em tudo o que tiver dúvidas, qualquer pergunta, dúvida ou informação adicional de que necessite para a sua decisão poderá ser colocada ou transmitida a qualquer um dos elementos da equipa, através dos contactos abaixo indicados.

Agradecemos antecipadamente a vossa colaboração e enviamos os nossos melhores cumprimentos

A equipa de investigação:

- . Ana Isabel Cunha, Departamento de Psicologia e Educação UBI | Contactos: acunha@ubi.pt / 275 329161
- . Marta Alves, Departamento de Psicologia e Educação UBI | Contactos: mpalves@ubi.pt / 275 329161
- . Sofia Major, Universidade dos Açores | Contactos: sofia.o.major@uac.pt / 296 650032

CONSENTIMENTO

Ao participar, está ciente dos objetivos desta investigação e aceita disponibilizar as suas respostas unicamente para fins de investigação. A sua participação é totalmente voluntária e pode abandonar o preenchimento do questionário em qualquer altura. Em momento algum, durante a recolha ou tratamento estatístico serão associados dados pessoais às respostas inseridas neste questionário, cujo acesso é restrito à equipa de investigação. Ao participar não se encontra previsto qualquer risco para a sua integridade física ou emocional. Por favor, assinale a declaração de Consentimento Informado (abaixo).

Declaro ter sido suficientemente informado/a acerca dos objetivos desta investigação e aceito voluntariamente participar no estudo.

Data ___/___/___